



Texto para Discussão 003 | 2017

Discussion Paper 003 | 2017

Política externa, viagens internacionais do presidente Lula e comércio exterior O fiasco do caixeiro-viajante

Reinaldo Gonçalves

Professor titular de Economia Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

This paper can be downloaded without charge from
<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

Política externa, viagens internacionais do presidente Lula e comércio exterior

O fiasco do caixeiro-viajante

Janeiro, 2017

Reinaldo Gonçalves

Professor titular de Economia Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
reinaldogoncalves1@gmail.com

Resumo

A política externa do governo Lula (2003-10) caracterizou-se pela diplomacia de viagens internacionais do presidente. Os testes estatísticos mostram, conclusivamente, que as viagens de Lula não estão positivamente associadas à intensificação do comércio bilateral de bens. Portanto, no que concerne a um dos seus objetivos mais importantes (integração comercial) e com o instrumento mais notável (viagens internacionais do presidente), a política externa do governo Lula revelou-se um fracasso e implicou desperdício de escassos recursos financeiros e diplomáticos do Brasil: Lula foi um fiasco no seu papel de caixeiro-viajante.

Palavras-chave: Política externa; diplomacia presidencial; comércio internacional; governo Lula; Brasil.

Abstract

Lula's government foreign policy (2003-10) was characterized by the diplomacy of international travels of the president. The statistical tests show, conclusively, that Lula's travels are not positively associated with the intensification of the bilateral trade of goods. Therefore, with regard to one of its most important objectives (bilateral trade integration) and the most remarkable instrument (international travels of the president), the foreign policy of the Lula government proved to be a failure and entailed a waste of scarce financial and diplomatic resources of Brazil: Lula was a fiasco in his role as a traveling salesman.

Key words: Foreign policy; Presidential diplomacy; International trade; Lula government; Brazil.

Introdução

Em estudo anterior o autor mostra que a política externa dos governos do PT (2003-15) foi um fracasso quanto à intensificação do comércio bilateral de bens (GONÇALVES, 2016.a). Esse estudo foi criticado pelo fato de centrar a análise empírica na Cooperação Sul-Sul (América do Sul, Mercosul e parcerias estratégicas). Segundo os críticos, ainda que a Cooperação Sul-Sul fosse o eixo estruturante da política externa do PT, a diretriz estratégica dessa política era, na realidade, a diversificação.¹ A política de autonomia pela diversificação apoiou-se na diplomacia presidencial que foi operacionalizada, principalmente, pelas viagens internacionais do presidente Lula. Em consequência, cabe levantar a hipótese que as viagens internacionais implicaram (ou não) adensamento das relações comerciais bilaterais do país. Ou seja, a hipótese é que o presidente Lula, no seu papel de caixeiro-viajante, foi um triunfo (ou um fiasco) como “caixeiro-viajante”.

Outra crítica ao texto mencionado que merece ser destacada é que a Cooperação Sul-Sul tinha como principal eixo estruturante as relações políticas internacionais que abarcavam alguns países da América do Sul (com destaque para Argentina e Venezuela) e os membros do BRIC (Rússia, China e Índia). Nessa estratégia haveria um eixo estruturante secundário no campo das relações econômicas internacionais. Nesse campo, segue o argumento, não há como negar que a integração comercial tinha centralidade; entretanto, o governo Lula instrumentalizava empresas estatais (Petrobras, Eletrobras etc.) e órgãos públicos (BNDES, em particular) para estimular a internacionalização dos grandes grupos privados nacionais, principalmente, as empreiteiras.²

Então, segue a argumentação crítica, no campo econômico a diplomacia de visitas de Lula teria tanto uma dimensão comercial como uma dimensão produtivo-financeira. A evidência empírica é anedótica e frágil; porém, há alguns registros nessa direção – estudos de países (NOGUEIRA *et al.*, 2016), setores (CAMPOS, 2014) e regiões.³

¹ VIGEVANI e CEPALUNI (2007) rotulam a política externa do governo Lula como política de “autonomia pela diversificação”.

² LEITE (2011, p. 173) destaca que o governo utilizou-se do BNDES para incrementar as relações comerciais do Brasil com o resto da América do Sul. Sobre o processo de internacionalização das grandes empreiteiras brasileiras e o apoio do governo para esse processo, ver CAMPOS (2014).

³ O Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) contabiliza o número de projetos de investimento de empresas brasileiras na América do Sul e México. Ver: <http://www.cindesbrasil.org>.

As críticas acima implicam, portanto, a necessidade de cautela em relação à análise da política externa do governo Lula com foco exclusivo nas relações comerciais (bens) bilaterais do país já que havia interesses nas dimensões política e na dimensão econômica, nas esferas produtiva e financeira. Alguns anos após o término do governo Lula em 2010, a percepção é que há grande quantidade de trabalhos direcionados para as “vontades” e “narrativas” governamentais ou para-governamentais; porém, há escassez de análises centradas nos resultados concretos da política externa do governo Lula.

Não resta dúvida que a “diplomacia de visitas” de Lula tinha uma dimensão comercial (“caixeiro-vajante”) que merece ser avaliada quanto aos seus resultados concretos. As manifestações de formuladores e condutores da política externa no governo Lula são abundantes a respeito da prioridade da intensificação e diversificação das relações comerciais (GUIMARÃES, 1999, p. 128; AMORIM, 2004, p. 42; GARCIA, 2008, p. 22; AMORIM, 2009, p. 17; e AMORIM, 2010, p. 227). Esse fato é, inclusive, reconhecido por analistas (LIMA e HIRST, 2006, p. 25; VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 313-314; CASON e POWER, 2009, p. 129; LEITE, 2011, p. 175; SILVA, 2015, p. 167; e VISENTINI, 2012, p. 25). A prioridade consiste no adensamento das relações comerciais com outros países em desenvolvimento (cooperação Sul-Sul), principalmente, na América do Sul.⁴

Naturalmente, não há nada de novo no caso brasileiro. Como destacam RENOUVIN e DUROSELLE (1991, p. 105) os interesses econômicos (com destaque para o comércio) são determinantes ou catalisadores das relações políticas no sistema internacional.⁵

⁴ LIMA e HIRST (2006) apoiam essa diretriz oficial e a justificam: “no contexto de crescente protecionismo e de dificuldades crescentes de acesso aos mercados do Norte, os ganhos econômicos e comerciais da cooperação com os países do Sul têm se tornado de importância estratégica para o Brasil” (Ibid, p. 25). Segundo LEITE (2011, p. 175) a intensificação do comércio exterior é determinante importante da política externa do governo Lula em relação à América do Sul.

⁵ Esse é um fenômeno bastante conhecido nos esquemas de integração regional. A convergência de interesses econômicos, em geral, e relações comerciais, em particular, foram determinantes dos mais bem sucedidos arranjos de integração: unificação alemã no século XIX (a referência histórica é o esquema de união aduaneira *Zollverein* a partir de 1834) e formação da União Europeia na segunda metade século XX (referência histórica é a criação da União Europeia de Pagamentos em 1950); ver NIVEAU (1979) p. 88 e p. 351. Ainda nessa perspectiva histórica, POLANYI (1944, p. 273-274) argumenta que o comércio exterior foi determinante da política externa britânica nos séculos XVIII e XIX, com exceção do período 1815-80.

A narrativa oficial é que o protagonismo do presidente Lula na política externa brasileira durante os seus mandatos (2003-10) expressa o triunfo da diplomacia presidencial. Segundo essa narrativa, Lula foi não somente um líder nacional como também um líder regional e global. A base material de poder do país e as características específicas de Lula (ativismo, habilidade comunicativa e carisma) seriam, segundo essa narrativa, determinantes básicos da diplomacia presidencial que implica tanto prestígio internacional para Lula como maior projeção do Brasil no sistema internacional. Essa narrativa tem sido produzida, principalmente, por atores com interesses e envolvidos, de uma forma ou de outra, nas atividades diplomáticas (AMORIM, 2004, p. 43; GARCIA, 2013, p. 55 e p. 64). Ademais, como esperado, parte da literatura acadêmica nacional sobre as relações políticas internacionais do Brasil tem reforçado essa narrativa (VISENTINI, 2013, p. 117-125).

Por outro lado, alguns críticos têm apontado a ineficácia da diplomacia presidencial de Lula quanto à obtenção de resultados concretos que atendam aos interesses nacionais não somente nas relações econômicas internacionais como também na política internacional. Segundo os críticos, o sem-número de anúncios, discursos, participações em reuniões e viagens internacionais não implicaram resultados concretos para o país (ABREU, 2010, p. 49-51; RICUPERO, 2010, p. 57-58; e ALMEIDA, 2012, p. 107-110).⁶ O mais contundente e consistente crítico da política externa no governo Lula é preciso e conclusivo na sua análise sobre esse governo: “diplomacia ativista, bem mais baseada em anúncios e discursos, do que em resultados concretos” (ALMEIDA, 2012, p. 107).

Esse texto discute a hipótese que a política externa, assentada na diplomacia de visitas ou viagens internacionais, no governo Lula (2003-10) não foi eficaz quanto à integração comercial bilateral do país. O texto está dividido em três seções que seguem essa introdução. A seção 1 apresenta, brevemente, os fundamentos conceituais e analíticos. A

⁶ RICUPERO (2010) é contraditório. De um lado, afirma que a diplomacia presidencial de Lula foi um “sucesso indiscutível” (p. 38); de outro, conclui que essa mesma diplomacia foi “desacompanhada de resultados objetivos concretos.” (Ibid). A análise desse autor é claramente impressionista já que marcada por afirmações sem fundamentação empírica ou com fraca fundamentação analítica. Para ilustrar: durante o governo Lula, “o apogeu a que atingiu o prestígio do Brasil no mundo não se deve exclusivamente a um só governante ou a um único fator.” (Ibid, p. 37). A pergunta é: onde está a evidência do “apogeu”?

seção 2 foca na metodologia e na análise empírica. A terceira e última seção resume os principais resultados.

1 Fundamentos conceituais e analíticos

Essa seção começa com uma breve discussão de conceitos-chaves na área de Relações Internacionais que nos permitem manter o rigor analítico na análise empírica realizada mais adiante.

Relações internacionais são “interações entre estados e atores não-estatais no sistema internacional” (HATZIS, 2001, p. 829). Em outras palavras, são interações entre “residentes” e “não-residentes” que formam um conjunto heterogêneo de atores internacionais. Relações econômicas abarcam as esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira e tem dimensões bilateral, plurilateral e multilateral. As relações políticas internacionais, por seu turno, implicam disputa pelo poder na arena internacional. Entretanto, há relações entre residentes e não-residentes que transcendem as dimensões econômicas e políticas *stricto sensu* e abarcam questões legais, sociais, humanitárias, ambientais e culturais.

Política internacional é a luta pelo poder no sistema internacional. Segundo MORGENTHAU (2003, p. 50) “nem toda ação que um país desenvolva com respeito a um outro será de natureza política” e “nem todas as nações estão, o tempo todo, em maior ou menor grau, engajadas em atividades de política internacional”.⁷ Como mencionado, há relações internacionais nas outras dimensões (econômica, legal, humanitária, cultural etc.). E, ademais, há exemplos notáveis de países que, em determinado período, são ativos participantes na disputa de poder na arena internacional e que, em outros períodos, mantém perfil baixo.⁸

Política externa é o conjunto de valores, diretrizes e objetivos do governo que orientam as relações internacionais do país, bem como o conjunto de instrumentos usados nessas relações. Quando esse conjunto de valores, estratégias e instrumentos persiste no longo prazo argumenta-se que a política externa é uma política de estado ou de país.⁹

⁷ A primeira edição do livro clássico de Morgenthau, *A Política entre as Nações*, é de 1948.

⁸ MORGENTHAU (2008, p. 50-51) cita Áustria, Suécia, Suíça, Espanha, Rússia, Estados Unidos e China. O caso da Espanha merece destaque já que esse país era, nos séculos XVI e XVII, protagonista no cenário internacional enquanto nos séculos XX e XXI é figurante (“papel apenas marginal”, segundo esse autor).

⁹ Segundo WITTKOPF, JONES E KEGLEY JR. (2008, P. 17) política externa é o “conjunto de objetivos de um país nas suas relações internacionais, os valores que dão origem a esses objetivos, e os meios ou

Diplomacia é a condução (gestão e execução) das relações internacionais de um país por agentes públicos e por meios pacíficos (BULL, 2002, p. 188). O núcleo duro da diplomacia tradicional envolve as relações entre estados soberanos. Entretanto, funcionários de organizações internacionais também se envolvem, de diferentes formas, em atividades diplomáticas. Segundo MORGENTHAU (2003, p. 972-975) “são dois os instrumentos organizados da diplomacia: os serviços de assuntos externos, ou estrangeiros, sediados nas capitais dos países respectivos, e os representantes diplomáticos, enviados pelos serviços exteriores para as capitais das nações estrangeiras”. A diplomacia tem três funções ou representações: simbólica (cerimonial etc.); legal (representação legal do país no exterior); e política (formatar a política externa).

No que se refere ao conceito de *diplomacia presidencial*, segundo DANESE (1999, p. 51) ela é a “condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo”. Ainda segundo esse autor, diplomacia presidencial, diplomacia de cúpula, diplomacia de chefes de estado e de governo e diplomacia de mandatários são conceitos indistintos. Ele afirma, então, que “diplomacia de cúpula tem a ver com o poder personalizado pelo mandatário, por oposição ao poder das estruturas burocráticas do Estado, das quais a diplomacia muitas vezes é paradigmática” (Ibid).

Ademais, DANESE (1999, p. 52) faz marcante distinção entre diplomacia presidencial e diplomacia profissional. Segundo esse autor, a diplomacia presidencial “joga com elementos menos presentes na diplomacia tradicional, como o apego mais imediato à opinião pública, a ânsia por resultados, a vocação de projeção e visibilidade em contraste com a vocação de anonimato dos diplomatas”.¹⁰

instrumentos usados para atingir esses objetivos”. Naturalmente, é de se esperar que a política externa tenha “prazo de validade superior” maior, por exemplo, do que a política de estabilização macroeconômica. Entretanto, outras políticas públicas na área econômica (regulação, alocação e distribuição) podem ter prazos de validade ainda maiores que a política externa. Exemplo que, talvez, mereça destaque seja o confronto entre a estabilidade da política econômica e as mudanças da política externa da Alemanha no século XXI.

¹⁰ Segundo DANESE (1999, p. 63-64) a diplomacia presidencial de grau zero ocorre quando o mandatário se limita às suas obrigações (*ex officio*) burocráticas definidas em lei. A diplomacia de primeiro grau resulta do comportamento reativo do mandatário frente a desafios externos. A instrumentalização do chefe de

No que se refere à política externa do governo Lula, não surpreende que os conceitos de diplomacia presidencial sejam flácidos ou, mais simplesmente, errados (HORTA, 2012, p. 4). Os erros derivados do contraponto “diplomacia presidencial *versus* diplomacia profissional” geram outros erros analíticos nas tentativas de conceituação de diplomacia presidencial. O mais evidente erro consiste na armadilha binária: o Itamaraty instrumentaliza o presidente (cria plataformas de alavancagem da pessoa do presidente no cenário internacional) ou o presidente da República instrumentaliza o Itamaraty (redução do espaço operacional da burocracia do serviço de relações exteriores).¹¹ Por essas razões, ao longo do texto evitamos o uso da expressão “diplomacia presidencial”.

Nesse ponto vale mencionar que a expressão diplomacia presidencial não é comumente usada nos Estados Unidos. Para ilustrar, no livro de WITTKOPF, JONES e KEGLEY JR. (2008, p. 653) não há registro dessa expressão no extenso índice remissivo. Por outro lado, a expressão *presidência imperial* foi criada em 1973 para “descrever o crescimento gradual, porém significativo, do poder executivo que começou com Franklin D. Roosevelt [1933-45] e atingiu seu ponto máximo com Richard M. Nixon [1969-74]” (Ibid, p. 328).¹² Em consequência, nos Estados Unidos a presidência imperial implicaria, no campo da política externa, uma diplomacia presidencial proativa.

Em países com déficit de poder, como o Brasil, parece razoável argumentar que a diplomacia presidencial tem como um dos seus principais instrumentos as viagens internacionais do mandatário (PRETO, 2006; RIBAS e FARIA, 2011). No caso de mandatário com capacidade limitada de formulação estratégica de maior envergadura – provavelmente, o caso de Lula – é de se esperar que a diplomacia presidencial se restrinja não à formulação ou gestão da política externa e, sim, a um ativismo diplomático centrado em viagens e reuniões de cúpula (“cupulismo diplomático”). Em consequência, no caso do governo Lula talvez seja mais apropriado fazer referência à “diplomacia de visitas” ou

Estado/governo pelo serviço de relações exteriores é chamada de segundo grau da diplomacia presidencial (de mandatários ou de cúpula). Por fim, na diplomacia presidencial de terceiro grau o mandatário é proativo na condução da política externa. O livro de DANAESE (1999) é notável não somente pelo detalhe das tipologias como pelos esforços de conceituação e, principalmente, pela riqueza da análise histórica.

¹¹ Para não se estender em referências que caem na armadilha binária (diplomacia presidencial *versus* diplomacia profissional), cabe mencionar BURGESS (2010) e LIMA (2005, p. 6-7).

¹² Devido ao sistema de escutas ilegais montadas no seu governo e a consequente ameaça de impedimento, Nixon demitiu-se em agosto de 1974.

“diplomacia de cúpula” instrumentalizado, principalmente, pelas viagens internacionais do presidente.

2 Metodologia e evidência empírica

2.1 Metodologia

A hipótese central desse trabalho é que a diplomacia de visitas, via viagens internacionais de Lula, é um fracasso quanto à intensificação da integração comercial bilateral. Antes de procedermos à análise empírica devemos fazer algumas considerações sobre dados, fontes, indicadores e metodologia.

A fonte da base de dados sobre as viagens internacionais é o portal da Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação (*Viagens Internacionais*). A base inclui breve descrição do destino (país e cidade), data e objetivos das viagens no período 2003-10. Esses registros são, entretanto, incompletos. Não há detalhamento de quantos dias ficou em cada país. Por exemplo, no período de 24 a 29 de janeiro de 2003 o presidente visitou três países (Suíça, Alemanha e França), porém, não são especificados os números de dias em cada país. Também não se observa homogeneidade nos registros quanto ao destino já que há casos de menção à cidade e casos de menção ao país. No exemplo acima, os registros são: Suíça, Berlim e Paris. Os registros da Presidência também são ausentes ou incompletos quanto aos objetivos das viagens. O registro “visita oficial” é lacônico e inútil. Há registros genéricos de um sem-número de atividades, das banais a outras aparentemente relevantes: foto oficial, posse de mandatários, café da manhã, almoço, jantar, banquete, turismo, troca de condecorações e presentes, entrevistas, cerimônia de abertura de seminários e outros eventos, audiência com autoridades, encontros com empresários, reuniões de arranjos ou organizações plurilaterais (MERCOSUL, UNASUL, BRIC, IBAS, G8, G20 etc.), reuniões de organizações multilaterais (ONU, OIT, UNCTAD, UNESCO, FAO etc.) e assinatura de atos.

O ANEXO 1 apresenta os dados da Presidência da República segundo os países. O presidente Lula visitou 85 países em 245 viagens e passou 508 dias no exterior. Esses 85 países responderam por 88,1% da corrente de comércio total do país no período 2003-10.

O Ministério das Relações Exteriores também apresenta registros das viagens internacionais do presidente no período 2003-2010 (MRE, 2011). O registro do MRE é mais detalhado quanto aos objetivos e número de dias das viagens. Entretanto, os dados do MRE divergem dos dados da Presidência da República. Além de prováveis erros e omissões, enquanto o primeiro registra visitas, o segundo registra viagens. Em

consequência, os dados estatísticos não coincidem. A presidência informa o total de 245 viagens enquanto o MRE consolida 263 visitas no período 2003-10 (Ibid, p. 8). Na realidade, as divergências ocorrem em 6 dos 8 anos desse período. Provavelmente, a origem das divergências é que o MRE foca em visitas e não nas viagens (número de viagens e dias de viagens, que são as referências da Presidência da República). A classificação do MRE contabiliza as visitas por região (total de 8 regiões) e inclui nessa classificação, além das regiões, as visitas a organizações multilaterais. Para ilustrar, em 2009 a Presidência informa 39 viagens (que podem ser classificadas por região) enquanto o MRE registra um total de 48 visitas: 21 visitas a organizações multilaterais e 27 visitas a “países” (ou bilaterais).

As deficiências acima indicam, portanto, a existência de erros e omissões nos registros sobre as viagens presidenciais registradas pela Presidência da República e pelo MRE. A tentativa de mesclar as bases de dados poderia gerar novos erros. E, ademais, na medida em que visitas a organizações multilaterais não impedem contatos bilaterais, optamos pelo procedimento seguinte: 1) trabalha-se com a base de dados da Presidência que é “mais amigável” quanto à tabulação dos dados; 2) nos casos em que nessa base – para a mesma viagem internacional em que o presidente visitou mais de um país – não há detalhamento quanto ao número de dias de visitas a cada país, optou-se por dividir o número total de dias de viagem no exterior pelo número de países visitados para a alocação segundo o país (ou seja, no exemplo acima, no início de 2003 o presidente ficou 6 dias na Europa, portanto, a alocação foi 2 dias, igualmente, para Suíça, Alemanha e França); e 3) para neutralizar, em parte, o efeito catalisador de países que sediam arranjos ou organizações plurilaterais ou multilaterais, analisam-se 2 painéis de países (doravante denominados Painel 102 e Painel 94).

O Painel 102 inclui os países para os quais temos dados de corrente (exportação e importação) de comércio bilateral para o período 1995-2014 que permitem o cálculo dos indicadores de intensificação do comércio bilateral de bens. O painel 94 exclui 4 países que sediam os principais organismos multilaterais (Estados Unidos, França, Itália e Suíça) e 4 países-membros do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela). Procedemos à análise da evidência empírica para cada um dos painéis separadamente.

2.2 Evidência empírica

No período 2003-10, como mencionado, o número total de viagens presidenciais de Lula é 245, o número total de dias no exterior é 508 e o número total de países visitados é 85. Esse conjunto de 85 países é responsável por 88,1% da corrente total de comércio do Brasil. Entretanto, não há dados sobre comércio, que permitam o cálculo de indicadores, para um subconjunto de 16 países (ANEXO 2).¹³ Esse subconjunto responde por 18,8% do número total de países visitados, 9,4% das viagens, 7,7% dos dias no exterior e 1,5% da corrente total de comércio do país no período em questão. Portanto, a análise estatística restringe-se aos 69 países visitados pelo presidente e para os quais há dados sobre comércio bilateral. A representatividade desse grupo é: número de países visitados (69) = 81,2%; número de viagens presidenciais (222) = 90,6%; dias no exterior (469) = 92,3%; e corrente de comércio = 86,6%. Portanto, o subconjunto de 69 países é uma amostra representativa do universo dos países visitados pelo presidente Lula.

Além desses 69 países visitados, o Painel 102 inclui um grupo ou subconjunto de controle, ou seja, 33 países que não foram visitados, mas para os quais há indicadores consistentes de comércio bilateral do Brasil. Esse grupo de controle representa 7,7% da corrente de comércio do país. Assim, forma-se o Painel 102 (69 + 33 países). A Tabela 1 informa a representatividade do Painel 102 (69 + 33) que responde por 90,6% das viagens internacionais do presidente Lula, 90,6% dos dias de viagens e 94,3% da corrente de comércio total do país no período 2003-10 (86,6% do conjunto de 69 países visitados mais 7,7% do grupo de controle).

¹³ Esses 16 países são: Angola; Camarões; Cisjordânia; República do Congo; Cuba; Gabão; Guiana Francesa; Guiné Equatorial; Guiné-Bissau; Haiti; Líbia; Palestina; Síria; Timor Leste; Trinidad e Tobago; e Vaticano.

Tabela 1**Viagens internacionais do presidente Lula e corrente de comércio segundo a tendência de intensificação do comércio bilateral de bens**

Tendência de intensificação do comércio bilateral	Países		Viagens		Dias		Corrente comércio
	Número	%	Número	%	Número	%	(%)
Painel 102							
Positiva	33	32,4	66	26,9	157	30,9	50,8
Nula	50	49,0	90	36,7	195	38,4	24,3
Negativa	19	18,6	66	26,9	117	23,0	19,2
Painel	102	100	222	90,6	469	92,3	94,3
Total			245	100,0	508	100,0	100,0
Painel 94							
Positiva	31	33,0	48	19,6	110	21,7	32,7
Nula	48	51,0	77	31,4	157	30,9	20,5
Negativa	15	16,0	17	6,9	34	6,7	7,8
Painel	94	100	142	58,0	301	59,3	61,0
Total			245	100	508	100	100

Fontes: Presidência da República, Brasil (Secretaria de Imprensa e Divulgação) e Banco Mundial (*World Integration Trade Solution - WITS*).

Notas: O Painel 102 inclui 102 países para os quais há dados consistentes de comércio bilateral do Brasil em 1995-2014. O painel 94 exclui 4 países que sediam os principais organismos multilaterais (Estados Unidos, França, Itália e Suíça) e 4 países-membros do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela). A corrente de comércio é a participação relativa no fluxo acumulado em 2003-10. O ICB é a média anual do Índice de Comércio Bilateral em 1995-2014. A tendência de intensificação do comércio bilateral é dada pelo coeficiente angular da equação de tendência linear do ICB no período 1995-2014. Os dados de viagem são e corrente de comércio são para o período 2003-10.

A tabela mostra, também, a representatividade do Painel 94. Conforme mencionado, esse painel exclui 4 países que sediam os principais organismos multilaterais (Estados Unidos, França, Itália e Suíça) e 4 países-membros do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela). O Painel 94 tem a seguinte representatividade: viagens = 58,0%; dias de viagem = 59,3%; e corrente de comércio = 61,0%.

Na Tabela 1 os dados estão classificados segundo a tendência do indicador de intensidade do comércio bilateral de bens. O indicador usado é o Índice de Intensidade do Comércio Bilateral de bens (ICB) que é a versão bilateral do *Introversion Trade Index* desenvolvido por IAPADRE (2003). Esse indicador refere-se à razão entre o comércio intrabilateral e o comércio extrabilateral. O ICB varia de -1 a +1. Em estudo anterior (GONÇALVES, 2016.a) o autor discute esse índice.

O ANEXO 3 apresenta o protocolo de cálculo do ICB e o ANEXO 4 mostra a média do ICB para 1995-2002, 2003-10, 2011-14 e 1995-2014 para cada todos os países do Painel 102. O ANEXO 5 mostra, também para cada um dos 102 países, as estatísticas da equação de tendência linear do ICB no período 1994-2014.

Na tabela há 3 classificações de tendência de intensificação do comércio bilateral do Brasil com seus 102 parceiros: positiva (aumento); nula; e negativa (redução). Essa classificação é dada pelo coeficiente angular da linha de tendência linear do ICB no período 1995-2014. Há tendência de aumento da intensificação do comércio bilateral se o coeficiente angular é positivo e estatisticamente significativo a 10% ou menos. Identifica-se tendência de redução se o coeficiente angular é negativo e estatisticamente significativo a 10% ou menos. A tendência é nula se o coeficiente angular (positivo ou negativo) não é estatisticamente significativo a 10% ou menos.

A Tabela 1 mostra, no caso do Painel 102, que há tendência positiva de intensificação do comércio bilateral em 33 países (32,4% do número de países do painel). Os percentuais correspondentes para tendência nula e negativa são 49,0% e 18,6%, respectivamente. Ou seja, aumento significativo da integração comercial bilateral limita-se a uma minoria de países (aproximadamente um terço). Esses países são responsáveis por 26,9% das viagens presidenciais, 30,9% dos dias no exterior e 50,8% da corrente de comércio do país. Os dados do Painel 94 (que exclui países que sediam organismos internacionais ou países membros do Mercosul) reforçam esses resultados. Em ambos os painéis o fato a destacar é que as tendências nula ou negativa de intensificação do comércio bilateral abarcam a grande maioria (aproximadamente dois terços) dos países, viagens e dias no exterior; e esses países respondem por cerca da metade da corrente de comércio das amostras de cada painel.

Esse fato aponta, portanto, para a conclusão que a diplomacia de visitas presidenciais não parece ter gerado resultados positivos ou evidentes para o comércio exterior brasileiro.

Devemos, no entanto, dar um passo adiante e verificar os testes estatísticos. Começemos com as correlações entre as variáveis em análise. Vale destacar que temos 2 variáveis independentes: o número de viagens e o número de dias no exterior, segundo o país. E temos 2 variáveis dependentes, que indicam intensificação do comércio bilateral: a variação do Índice de Comércio Bilateral (ICB) e o coeficiente angular da equação de tendência do ICB no período 1995-2014.¹⁴ A variação do ICB é a diferença entre o ICB médio em 2011-14 e 1995-2002. Temos, ainda, uma variável de referência – corrente de comércio –, medida como a participação relativa da soma das exportações e importações bilaterais no total da corrente de comércio exterior brasileiro em 2003-10. A Tabela 2 resume os distintos coeficientes de correlação paramétricos (Pearson) e não-paramétricos (Spearman e Kendall).

Tabela 2
Coeficientes de correlação das variáveis e dos indicadores

Indicadores	Painel 102			Painel 94		
	Pearson	Spearman	Kendall	Pearson	Spearman	Kendall
Viagens e dias	+0,945*	+0,935*	+0,919*	+0,927*	+0,927*	+0,912*
Coeficiente de tendência do ICB e variação do ICB	+0,915*	+0,904*	+0,761*	+0,897*	+0,894*	+0,747*
ICB e corrente de comércio	+0,293*	+0,841*	+0,694*	+0,313*	+0,868*	+0,727*
Coeficiente de tendência do ICB e corrente de comércio	+0,066	+0,170**	+0,105***	+0,082	+0,216**	+0,137**
Variação do ICB e corrente de comércio	+0,093	+0,130***	+0,073	+0,112	+0,161***	+0,095***
Coeficiente de tendência do ICB e ICB	-0,212**	+0,003	+0,014	-0,009	+0,101	+0,074
Variação do ICB e ICB	-0,278*	-0,071	-0,046	-0,076	+0,015	+0,006

Fontes: Ver Tabela 1.

¹⁴ Relembrando, o ICB é a razão entre intensidade do comércio intrabilateral do Brasil e do país *i* e a intensidade do comércio extrabilateral do Brasil e do país *i*.

Notas: O Painel 102 inclui 102 países para os quais há dados consistentes de comércio bilateral do Brasil em 1995-2014. O ICB é a média anual do Índice de Comércio Bilateral em 1995-2014. O painel 94 exclui 4 países que sediam os principais organismos multilaterais (Estados Unidos, França, Itália e Suíça) e 4 países-membros do Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela). A corrente de comércio é a participação relativa no fluxo acumulado em 2003-10. A variação do ICB é a diferença entre o ICB médio nos períodos 2011/14 e 1995/2002. Coeficiente de tendência do ICB é o coeficiente angular da linha de tendência linear. (*) Significância estatística menor que 1%. (**) Significância estatística menor que 5%. (***) Significância estatística menor que 10%.

Correlação altamente positiva e significativa é evidenciada entre as variáveis independentes: número de viagens e número de dias de estadia em cada país. Esse resultado é esperado: quanto maior o número de viagens, maior o número total de dias de estadia. Outra correlação esperada, também altamente positiva e significativa, é entre as variáveis dependentes, que são indicadores de intensificação do comércio bilateral (substitutos imperfeitos): tendência do ICB e variação do ICB de cada país. Também há correlação significativa, positiva e esperada entre o ICB e a corrente de comércio bilateral. Esses resultados são encontrados em todos os testes de significância estatística (menor que 1%) para todos os coeficientes de correlação.

As correlações entre os indicadores de intensificação do comércio bilateral (variação e tendência do ICB) e a corrente de comércio são positivas, porém relativamente baixas e estatisticamente pouco significativas. Ou seja, a maior integração comercial ao longo do tempo não está significativamente associada à importância relativa do parceiro comercial. Isso pode expressar, talvez, a maior diversificação quanto à distribuição geográfica (origem e destino) do comércio exterior do país.

Os indicadores de intensificação comercial não apresentam um padrão consistente de associação com o ICB já que há coeficientes de correlação positivos e negativos e, na maioria, não significativos estatisticamente. Ou seja, a maior integração comercial ao longo do período 1995-2014 não tem relação com o grau médio de integração comercial bilateral no período 2003-10. Isso também pode expressar a maior diversificação geográfica do comércio exterior.

Esses resultados – que apontam na direção da diversificação geográfica – geram uma hipótese: a diversificação resulta da estratégia do governo Lula que se apoiou, entre outros fatores, na diplomacia de cúpula via viagens internacionais. Resta-nos, portanto, o teste dessa hipótese que é, de fato, o foco analítico e empírico desse texto.

A Tabela 3 mostra os coeficientes de correlação entre as viagens internacionais do presidente Lula (número de viagens internacionais e número de dias no exterior) e os indicadores de corrente de comércio, grau de integração comercial (ICB) e intensificação do comércio bilateral (variação e tendência do ICB).

Tabela 3
Viagens internacionais do presidente Lula e a intensificação do comércio bilateral:
Coeficientes de correlação

Indicadores	Viagens			Dias de viagem		
	Pearson	Spearman	Kendall	Pearson	Spearman	Kendall
Painel 102						
Corrente de comércio	+0,565*	+0,469*	+0,335*	+0,698*	+0,538*	+0,384*
ICB médio	+0,691*	+0,450*	+0,335*	+0,596*	+0,496*	+0,346*
Variação do ICB	-0,202*	-0,100	-0,073	-0,111	-0,076	-0,056
Coefficiente de tendência do ICB	-0,133***	-0,058	-0,040	-0,073	-0,043	-0,029
Painel 94						
Corrente de comércio	+0,336*	+0,347*	+0,250*	+0,543*	+0,428*	+0,301*
ICB médio	+0,579*	+0,354*	+0,264*	+0,533*	+0,420*	+0,291*
Variação do ICB	-0,032	-0,051	-0,038	-0,000	-0,035	-0,026
Coefficiente de tendência do ICB	+0,061	-0,002	-0,001	+0,057	+0,006	+0,005

Fontes: Ver Tabela 1.

Notas: Ver Tabela 2.

O primeiro resultado marcante, ainda que esperado, é a correlação positiva, elevada e estatisticamente significativa entre, de um lado, as viagens e os dias de viagem por país, de um lado, e a corrente de comércio e o a integração comercial bilateral com os países dos painéis, de outro. Esse resultado aplica-se a ambos os grupos de países (Painel 102 e Painel 94). Para ilustrar, no Painel 102, os coeficientes de Pearson entre viagens, de um lado, e corrente de comércio e ICB médio, de outro, são +0,565 e +0,691, respectivamente. Os coeficientes correspondentes para o número de dias de viagens ao exterior são +0,698 e +0,596. No caso do Painel 94 os coeficientes são menores, porém mantém o sinal e a significância estatística.

Portanto, o presidente Lula tendeu a fazer o maior número de viagens e ficou um maior número de dias nos países com os quais o Brasil tinha relações comerciais mais expressivas; relações essas informadas pelos indicadores absoluto (corrente de comércio)

e relativo (Índice de comércio bilateral). Esse resultado evidencia a hipótese, levantada por inúmeros autores já mencionados, que o adensamento das relações comerciais era um determinante da política externa e que tinha como ferramenta as viagens ao exterior do presidente da República.

O segundo resultado notável envolve a hipótese central desse trabalho. A evidência é que, na quase totalidade dos testes, não há correlação positiva e estatisticamente significativa entre, de um lado, o número de viagens e dias no exterior (variável independente) e, de outro, os indicadores de intensificação do comércio (variáveis independentes: variação e tendência do ICB). No conjunto de 24 coeficientes de correlação há 3 positivos e 21 negativos. Os únicos 2 casos de significância estatística são do coeficiente de Pearson do Painel 102 e os coeficientes são negativos (correlação entre viagens e ambos os indicadores de intensificação comercial). Esse resultado evidencia, portanto, que as viagens internacionais do presidente Lula não estão relacionadas à intensificação do comércio bilateral de bens do país. A conclusão é que houve fracasso de Lula nesse aspecto particularmente importante da política externa.

Essa hipótese pode ser examinada estatisticamente de outra forma. A Tabela 4 apresenta os resultados do teste paramétrico de Análise de Variância (ANOVA) e do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis (K-W). Os países dos painéis são, mais uma vez, divididos em 3 grupos segundo a tendência de intensificação do comércio bilateral: positiva, nula e negativa. Relembrando: a tendência de intensificação do comércio bilateral é dada pelo coeficiente angular da equação de tendência linear do Índice de Comércio Bilateral em 1995-2014. Tendências positivas e negativas expressam coeficientes angulares, com significância estatística de pelo menos 10%, positivos e negativos, respectivamente. Um país é classificado no grupo de tendência nula se o coeficiente angular da sua equação de tendência linear (positivo ou negativo) não for estatisticamente significativo (pelo menos 10%).

Tabela 4**Viagens internacionais do Presidente Lula e intensificação do comércio bilateral de bens: Análise de Variância (ANOVA) e Teste de Kruskal-Wallis (K-W)**

Tendência de intensificação do comércio bilateral	Países	Viagens		Dias de viagem		Corrente de comércio	
		ANOVA (média)	K-W (mediana)	ANOVA (média)	K-W (mediana)	ANOVA (média)	K-W (mediana)
Painel 102							
Positiva	33	2,0	1	4,8	1	1,54	0,67
Nula	50	1,8	1	3,9	2	0,49	0,10
Negativa	19	3,5	1	6,2	2	1,01	0,54
Painel	102						
Estatística		2,069	0,378	0,827	0,190	2,592	13,364
p-valor		0,131	0,816	0,440	0,905	0,079***	0,001*
Painel 94							
Positiva	31	1,5	1	3,5	1	1,05	0,63
Nula	48	1,6	1	3,3	2	0,43	0,10
Negativa	15	1,1	1	2,3	1	0,52	0,14
Painel	94						
Estatística		0,342	2,042	0,478	1,584	2,298	12,977
p-valor		0,710	0,327	0,621	0,434	0,106	0,001*

Fontes: Ver Tabela 1.

Nota: Viagens internacionais e número de dias de estadia no exterior do presidente Lula em 2003-10. A tendência de intensificação do comércio bilateral é dada pelo coeficiente angular da equação de tendência linear do Índice de Comércio Bilateral em 1995-2014. Corrente de comércio é a participação relativa no período 2003-10. No teste ANOVA, estatística *F*; no teste Kruskal-Wallis, estatística *H*. (*) Significância estatística menor que 1%. (**) Significância estatística menor que 5%. (***) Significância estatística menor que 10%.

No Painel 102, conforme visto acima, a distribuição dos países segundo a tendência de integração comercial é: positiva = 33; nula = 50; e negativa = 19. Ou seja, no período 1995-2014 há tendência positiva e significativa de maior adensamento comercial do Brasil com seus parceiros em menos de um terço dos casos. No restante (mais de dois terços dos países) ocorre redução do grau de integração comercial ou, principalmente, relativa estabilidade desse grau.

O Painel 94 mantém esse resultado. Para ilustrar, no Painel 102, nos países em que há aumento significativo da intensificação comercial bilateral o número médio de viagens é 2,0, enquanto nos grupos de tendência nula e tendência negativa o número médio de viagens é 1,8 e 3,5, respectivamente. O número médio de dias de viagem é, segundo a tendência de intensificação comercial: positiva = 4,8; nula = 3,9; e negativa = 6,2. A primeira leitura desses dados é: mais viagens internacionais de Lula implicam menor

adensamento comercial (grupo de tendência negativa do ICB). Esse resultado, entretanto, não se repete no Painel 94 já que as médias de viagens e dias no exterior do grupo de tendência negativa do ICB não são maiores que do grupo de tendência positiva. Para ilustrar, no Painel 94 o número médio de viagens é, segundo a tendência de intensificação comercial: positiva = 1,5; nula = 1,6; e negativa = 1,1. As medianas também apontam que devemos ter cautela na primeira leitura dos dados.

A questão central é verificar se há diferenças estatisticamente significativas entre, de um lado, o número de viagens e o número de dias de viagens ao exterior do presidente Lula e, de outro, a tendência de adensamento comercial. A hipótese nula é que não há diferenças. O resultado dos testes paramétricos para ambos indicadores de viagens presidenciais (número e dias de viagens) e painéis é conclusivo: não podemos rejeitar a hipótese nula em nenhum dos 4 testes ANOVA (viagens e dias, Painel 102 e Painel 94) e 4 testes Kruskal-Wallis (viagens e dias, Painel 102 e Painel 94). A conclusão é que os 3 grupos de tendências de intensificação do comércio bilateral não diferem quanto ao número de viagens internacionais e dias de estadia no exterior do presidente Lula.¹⁵

Portanto, os testes ANOVA e Kruskal-Wallis confirmam o resultado previamente constatado pelos testes de correlação: fracasso da diplomacia presidencial (por meio de viagens internacionais) de Lula em relação ao adensamento comercial do país com seus parceiros.

¹⁵ Essa conclusão também é confirmada pelos testes ANOVA e Kruskal-Wallis para ambos os painéis quando usamos a variação do ICB como indicador de intensificação do comércio bilateral.

3 Conclusões

A política externa é multidimensional já que abarca questões políticas, econômicas, sociais, legais, institucionais e culturais. Essa política tende a ser tão mais abrangente quanto maior for o poder efetivo do país no sistema internacional. O multilateralismo é um jogo para potências (*global players*) já que exige significativo poder (econômico, militar e tecnológico). Além do *hard power*, o jogo do multilateralismo exige um nível elevado de projeção internacional (*soft power*). No âmbito das Nações Unidas, o Conselho de Segurança reflete, precisamente, essa realidade visto que os membros permanentes são China, França, Rússia, Reino Unido e os Estados Unidos. No que se refere às organizações multilaterais, o sistema de voto proporcional às quotas (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) ou o sistema de decisão por consenso (Organização Mundial do Comércio, OMC) também expressam o *real politik* dominante no sistema internacional. Países com déficit de poder, que desperdiçam escassos recursos de política externa em engajamentos multilaterais, correm o risco não somente de perda de projeção como de fracassos recorrentes.

No caso específico do Brasil, país marcado por déficit de poder, é de se esperar que a prioridade seja atribuída às relações bilaterais e à questão econômica, em geral, e às relações comerciais, em particular.¹⁶ Naturalmente, essa perspectiva pressupõe a capacidade de diferenciar entre poder potencial (base material de poder) e poder efetivo. Essa incapacidade tem sido determinante não somente dos erros de análise na academia, como dos erros de estratégia e contradições na condução da política externa.¹⁷ Para ilustrar, é possível apontar a contradição na política externa do governo Lula entre, de um lado, a defesa do multilateralismo na América do Sul (de fato, plurilateralismo) e, de outro, a linha de ação apoiada em arranjos bilaterais (CARMO e PECEQUILO, 2016). O

¹⁶ Esse argumento é defendido pelo autor há décadas. Ver, por exemplo, GONÇALVES (2000), capítulo 6.

¹⁷ Sobre base material de poder, ver DEUTSCH (1968), capítulo 3. Indicadores de poder potencial, poder efetivo e déficit de poder do Brasil no sistema internacional são analisados em GONÇALVES (2016.b, capítulo 5). O déficit de poder é a diferença entre o poder potencial (ou base material de poder) informado pela população, território e renda, enquanto o poder efetivo depende do poder econômico (inverso da vulnerabilidade econômica externa), poder militar e poder tecnológico, assim como do *soft power*. Exemplo de evidente de insucesso em exercícios de multilateralismo é a atuação do Brasil nas negociações de Doha na OMC (Ibid, capítulo 6).

resultado é a condução errática, a perda de credibilidade e a ineficácia da política externa brasileira.

No que concerne aos temas centrais desse estudo, vale destacar que as viagens de Lula a 85 países, no total de 245 viagens e permanência de 508 dias no exterior, estão fortemente correlacionadas com a importância relativa do parceiro comercial (indicador: corrente de comércio) e pelo grau de integração comercial com o parceiro (indicador: Índice de Comércio Bilateral de bens, ICB). Isso significa que havia a intenção (esperada) da política externa no sentido da diversificação e maior adensamento das relações comerciais (bens) do país.

Entretanto, conforme os testes paramétricos e não paramétricos de correlação e diferenças de médias, as viagens de Lula não estão positivamente associadas à intensificação das relações comerciais bilaterais (indicadores: variação e tendência do ICB). Portanto, há divergência entre a estratégia e os seus resultados. Essa divergência – de fato, ausência de resultados concretos – conflita com a argumentação dos analistas que não distinguem os fins dos meios. Isso ocorre porque eles associam (sem evidências) o incremento das viagens internacionais do presidente, a expansão do número de consulados e embaixadas brasileiras e o aumento do número de diplomatas (meios) com os indicadores da intensificação das relações bilaterais do país (fim).¹⁸

Em resumo, a política externa do governo Lula revelou-se um fracasso no que concerne a um dos seus objetivos mais importantes (integração comercial) e com o instrumento, talvez, mais notável (viagens internacionais do presidente). Esse fracasso implicou dispersão e desperdício de escassos recursos financeiros e diplomáticos: Lula foi um fiasco no seu papel de caixeiro-viajante.

¹⁸ Essa percepção equivocada é particularmente evidente em AMORIM (2010, p. 226-227). E, ainda, VISENTINI (2013, p. 126) arrisca-se a afirmar (sem evidências) que Lula, nas suas viagens internacionais, abriu janelas de oportunidades para o país.

Bibliografia

ABREU, Marcelo de Paiva. Política externa pós-Lula: forma e substância. In: CEBRI. *Prioridades da Política Externa Brasileira à Luz do Interesse Nacional*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Relações Internacionais, p. 49-51, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto. A diplomacia da era Lula: balanço e avaliação. *Política Externa*, 20 (3), p. 95-114, 2012.

AMORIM, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula. *Diplomacia, Estratégia e Política*, outubro-dezembro, p. 41-48, 2004.

AMORIM, Celso. A integração sul-americana. *Diplomacia, Estratégia e Política*, No. 10, outubro-dezembro, p. 5-26, 2009.

AMORIM, Celso. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. *Revista Brasileira de Política Internacional*, No. 53 (special edition), p. 214-240, 2010.

BANCO MUNDIAL. *World Integration Trade Solution (WITS)*. Disponível: Disponível: <http://wits.worldbank.org/>.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica. Um Estudo da Ordem na Política Mundial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BURGES, Sean W. The possibilities and perils of presidential diplomacy: lessons from de Lula years in Brazil. In: ROLLAND, Denis, LESSA, ANOTNIO Carlos (eds.). *Relations Internationales du Brésil: Les Chemins de la Puissance*. Paris: L'Harmattan, 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique P. O processo de transnacionalização das empreiteiras brasileiras, 1969-2010: uma abordagem quantitativa. *Tensões mundiais*, Fortaleza, Vol. 10, No. 18, 19, p. 103-123, 2014

CARMO, Corival A. do; PECEQUILO, Cristina S. A integração sul-americana e o Brasil: bilateralismo x multilateralismo. Rio de Janeiro: *Anais do I Encontro Nacional de Economia Política Internacional*, p. 462-486, 2016.

CASON, J. W., POWER, T. J. Presidentialization, pluralization and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian foreign policy making in the Cardoso-Lula era. *International Political Science Review*, Vol. 30, No, 2, p. 117-140, 2009.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial. História e Crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DEUTSCH, Karl. W. *The Analysis of International Relations*. Englewoods Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1968.

GARCIA, Marco Aurélio. A opção sul-americana. *Revista Interesse Nacional*, 1 (1), p. 22-28, 2008.

GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de política externa. In: SADER, Emir (ed.). *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, p. 53-67, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. *O Brasil e o Comércio Internacional. Transformações e Perspectivas*, São Paulo: Contexto, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às Avessas. Verdade, Má-fé e Ilusão no Atual Modelo Brasileiro de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. Cooperação Sul-Sul, Mercosul e Relações Comerciais Bilaterais do Brasil. Fracasso da Política Externa do PT. *Texto para Discussão No. 23*, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.a.

GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.b.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos Anos de Periferia*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da Universidade UFRGS/Contraponto, 1999.

HATZIS, Aristides N. International relations. In: JONES, R. J. Barry (ed.) *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*. Londres: Routledge, vol. 2, p. 829-831, 2001.

HORTA, Luiz Fernando C. B. Rebello. O conceito de diplomacia presidencial. 1º Seminário Nacional de Pós-graduação em Relações Internacionais, Brasília, DF, FINATEC, julho 2012.

IAPADRE, Lelio. Regional integration agreements and the geograpy of world trade: measurent problems and empirical evidence. *UNU-CRIS e-Working Papers*, October, 2003.

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: FUNAG, 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, No. 48, p. 24-59, 2005.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. *International Affairs*, 82 (1), p. 21-40, 2006.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações. A Luta pelo Poder e pela Paz*. Brasília: Editora UnB, 2003.

MRE. *Balanço de Política Externa. 2003-2010*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Planejamento Diplomático. 2010.

MRE. *Visitas Internacionais do Presidente Lula e visitas ao Brasil de Chefes de Estado e de Chefes de Governo. 2003-2010*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Planejamento Diplomático, 2011.

NIVEAU, Maurice. *Historia de los Hechos Económicos Contemporáneos*. Barcelona: Ariel, 1979.

NOGUEIRA, Isabela *et al.* Mozambican economic porosity and the role of Brazilian capital: a political economy analysis. *Texto para Discussão* No. 17, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

POLANYI, Karl. *The Great Transformation. The political and economic origins of our time*. Boston: Beacon, 2011 (1944).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. BRASIL. *Viagens Internacionais do Presidente da República*. Disponível:

<http://imprensaacervo.planalto.gov.br/download/pdf/viagens%20internacionais>. Acesso: 10 de outubro de 2015.

PRETO, Alessandra Falcão. O conceito de diplomacia presidencial: o papel da Presidência da República na formulação de política externa. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à L'Histoire des Relations Internationales*. Paris: Armand Colin, 1991.

RIBAS, Letícia Diniz; FARIA, Carlos Augusto Pimenta de. A política externa vista da janela do avião: a diplomacia presidencial nos governos FHC e Lula. *Anais do III Simpósio de Pós-graduação em Relações Internacionais*, Programa “Santiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), -11 de novembro de 2011. Disponível: <http://www.unesp.br/santiagodantassp>. Acesso: 11 de setembro de 2015.

RICUPERO, Rubens. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). *Novos Estudos*, No. 87, julho, p. 35-58, 2010.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). *Contexto Internacional*, Vol. 17, janeiro-abril, p. 143-184, 2015.

VIGEVANI, Tulio; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, 29 (2), p. 273-335, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil de Lula: uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, 1 (1), p. 23-35, 2012.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Projeção Internacional do Brasil, 1930-2012*. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

WITTKOPF, Eugene R.; JONES, Christopher M.; KEGLEY JR., Charles W. *American Foreign Policy. Pattern and Process*. Belmont, California, Thomson Wadsworth, USA, 2008.

Anexo I

Número de viagens internacionais, dias de estadia no exterior do presidente Lula e participação de cada país na corrente total de comércio do Brasil: 2003-10

		Viagens			Dias			Part. % na corrente de comércio do Brasil
		2003-06	2007-10	2003-10	2003-06	2007-10	2003-10	2003-10
1.	África do Sul	2	2	4	3	4	7	0,72
2.	Alemanha	1	2	3	2	6	8	5,59
3.	Angola	1	1	2	2	2	4	0,58
4.	Arábia Saudita	0	1	1	0	2	2	1,32
5.	Argélia	1	0	1	3	0	3	1,01
6.	Argentina	6	12	18	12	21	33	8,48
7.	Áustria	1	0	1	4	0	4	0,35
8.	Bélgica	0	2	2	0	4	4	1,59
9.	Benin	1	0	1	1	0	1	0,03
10.	Bolívia	5	4	9	7	5	12	0,90
11.	Botsuana	1	0	1	1	0	1	0,00
12.	Burkina Faso	0	1	1	0	1	1	0,01
13.	Cabo Verde	1	1	2	2	2	4	0,03
14.	Camarões	1	0	1	2	0	2	0,02
15.	Catar	0	2	2	0	5	5	0,08
16.	Cazaquistão	0	1	1	0	1	1	0,02
17.	Chile	2	6	8	4	12	16	2,44
18.	China	1	2	3	6	8	14	9,77
19.	Cisjordânia	0	1	1	0	1	1	0,00
20.	Colômbia	4	2	6	6	4	10	0,87
21.	Congo	0	1	1	0	2	2	0,04
22.	Coreia do Sul	1	1	2	4	2	6	2,40
23.	Costa Rica	0	1	1	0	1	1	0,22
24.	Cuba	1	3	4	2	6	8	0,14
25.	Dinamarca	0	3	3	0	9	9	0,12
26.	Egito	1	0	1	2	0	2	0,50
27.	El Salvador	0	4	4	0	6	6	0,07
28.	Emirados Árabes Unidos	1	0	1	2	0	2	0,54
29.	Equador	2	2	4	4	3	7	0,29
30.	Espanha	3	3	6	7	9	16	1,79
31.	Estados Unidos	6	6	12	14	17	31	15,60
32.	Finlândia	0	1	1	0	3	3	0,39
33.	França	3	3	6	8	8	16	2,47
34.	Gabão	1	0	1	2	0	2	0,01

35.	Gana	1	1	2	2	4	6	0,10
36.	Guatemala	1	2	3	2	2	4	0,10
37.	Guiana	1	2	3	1	4	5	0,01
38.	Guiana Francesa	0	1	1	0	2	2	0,00
39.	Guiné Equatorial	0	1	1	0	2	2	0,10
40.	Guiné-Bissau	1	0	1	1	0	1	0,00
41.	Haiti	1	2	3	1	2	3	0,02
42.	Holanda	0	1	1	0	4	4	3,31
43.	Honduras	0	1	1	0	1	1	0,04
44.	Índia	1	2	3	4	5	9	1,40
45.	Indonésia	0	1	1	0	1	1	0,63
46.	Irã	0	1	1	0	3	3	0,55
47.	Israel	0	1	1	0	2	2	0,38
48.	Itália	2	4	6	7	15	22	2,67
49.	Jamaica	0	1	1	0	1	1	0,07
50.	Japão	1	1	2	3	4	7	3,51
51.	Jordânia	0	1	1	0	1	1	0,07
52.	Líbano	1	0	1	2	0	2	0,08
53.	Líbia	1	1	2	2	2	4	0,28
54.	México	3	2	5	6	6	12	2,25
55.	Moçambique	1	2	3	2	5	7	0,02
56.	Namíbia	1	0	1	2	0	2	0,01
57.	Nicarágua	0	1	1	0	1	1	0,02
58.	Nigéria	2	0	2	5	0	5	2,11
59.	Noruega	0	1	1	0	2	2	0,40
60.	Palestina	0	1	1	0	1	1	0,00
61.	Panamá	0	1	1	0	2	2	0,12
62.	Paraguai	4	5	9	7	9	16	0,79
63.	Peru	5	2	7	7	5	12	0,80
64.	Portugal	2	4	6	5	10	15	0,66
65.	Quênia	0	1	1	0	1	1	0,03
66.	Reino Unido	3	3	6	8	7	15	2,00
67.	Rep. Dominicana	1	0	1	4	0	4	0,14
68.	Rep. Tcheca	0	1	1	0	2	2	0,15
69.	Rússia	2	2	4	5	4	9	1,80
70.	São Tomé e Príncipe	2	0	2	4	0	4	0,00
71.	Senegal	1	0	1	2	0	2	0,05
72.	Síria	1	0	1	2	0	2	0,11
73.	Suécia	0	2	2	0	3	3	0,64
74.	Suíça	4	3	7	9	7	16	1,09
75.	Suriname	1	0	1	2	0	2	0,02
76.	Tanzânia	0	1	1	0	1	1	0,01

77.	Timor Leste	0	1	1	0	1	1	0,00
78.	Trinidad e Tobago	0	1	1	0	3	3	0,28
79.	Turquia	0	1	1	0	3	3	0,35
80.	Ucrânia	1	1	2	1	2	3	0,21
81.	Uruguai	3	6	9	6	8	14	0,77
82.	Vaticano	0	1	1	0	1	1	0,00
83.	Venezuela	6	7	13	10	10	20	1,43
84.	Vietnã	0	1	1	0	1	1	0,14
85.	Zâmbia	0	1	1	0	2	2	0,00
	Total	101	144	245	212	296	508	88,1

Fonte: Portal da Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Viagens Internacionais.

Anexo II

Países excluídos do painel devido à ausência de dados sobre comércio exterior no período 1995-2014

	Viagens	Dias	Corrente de comércio (Part. %)
1. Angola	2	4	0,58
2. Camarões	1	2	0,02
3. Cisjordânia	1	1	0,00
4. Congo, Rep.	1	2	0,04
5. Cuba	4	8	0,14
6. Gabão	1	2	0,01
7. Guiana Francesa	1	2	0,01
8. Guiné Equatorial	1	2	0,01
9. Guiné-Bissau	1	1	0,00
10. Haiti	3	3	0,02
11. Líbia	2	4	0,28
12. Palestina	1	1	0,00
13. Síria	1	2	0,11
14. Timor Leste	1	1	0,01
15. Trinidad e Tobago	1	3	0,28
16. Vaticano	1	1	0,58
Total	23	39	1,51
Representatividade (%)	9,4	7,7	1,51

Fontes e notas: Dados sobre viagens: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, Viagens Internacionais, publicação anual. Dados sobre corrente de comércio: Banco Mundial, *World Integration Trade Solution (WITS)*. Corrente de comércio é a soma das exportações e importações bilaterais do Brasil no período 2003-10. Esses países são excluídos das análises estatísticas porque não têm dados para o cálculo do Índice de Comércio Bilateral.

Anexo III

Índice de Intensidade do Comércio Bilateral (ICB): Protocolo de cálculo

A_i	corrente de comércio bilateral do Brasil com o país i
$B_i = 2 \times A_i$	corrente total do comércio bilateral com o país i
C_i	corrente total do comércio do Brasil e do país i
$S_i = B_i / C_i$	peso relativo do comércio bilateral do Brasil com o país i
$D_i = C_i - B_i$	corrente total extrabilateral do país Brasil e do país i
W_t	corrente total de comércio do mundo
$E_i = W_t - C_i$	corrente total de comércio do resto mundo
$V_i = D_i / C_i$	peso relativo do comércio extrabilateral do Brasil e do país i
$H_{li} = S_i / V_i$	intensidade do comércio intrabilateral do Brasil e do país i
$HE_i = (1 - S_i) / (1 - V_i)$	intensidade do comércio extrabilateral do Brasil e do país i
$H_{ji} = H_{li} / HE_i$	Indicador de intensidade do comércio bilateral entre o Brasil e o país i
$ICB_i = (H_{ji} - 1) / (H_{ji} + 1)$	Índice de Intensidade do Comércio Bilateral entre o Brasil e o país i

Fonte: IAPADRE (2003).

Anexo IV

Índice de Comércio Bilateral do Brasil, média anual: 1995-2014

	País	Índice de Comércio Bilateral			Variação do Índice de Comércio Bilateral			
		1995-2002	2003-10	2011-14	1995-2014	2003-10 / 1995-2002	2011-14 / 2003-10	2011-14 / 1995-2002
1.	África do Sul	-0,301	-0,184	-0,448	-0,283	0,117	-0,264	-0,147
2.	Alemanha	-0,801	-0,797	-0,758	-0,791	0,004	0,039	0,043
3.	Arábia Saudita	-0,112	-0,242	-0,373	-0,214	-0,130	-0,130	-0,260
4.	Argélia	0,075	0,120	-0,056	0,067	0,045	-0,176	-0,131
5.	Argentina	0,872	0,849	0,776	0,844	-0,022	-0,073	-0,096
6.	Aruba	-0,872	-0,607	-0,903	-0,739	0,265	-0,296	-0,032
7.	Austrália	-0,628	-0,623	-0,750	-0,651	0,005	-0,127	-0,122
8.	Áustria	-0,744	-0,740	-0,707	-0,735	0,004	0,033	0,037
9.	Bahamas	-0,865	-0,402	-0,845	-0,655	0,463	-0,443	0,020
10.	Bahrain	-0,806	-0,750	-0,774	-0,768	0,056	-0,024	0,031
11.	Bangladesh	-0,783	-0,669	-0,593	-0,714	0,114	0,076	0,189
12.	Barbados	-0,938	-0,929	-0,988	-0,945	0,008	-0,059	-0,051
13.	Bélgica	-0,610	-0,670	-0,677	-0,657	-0,060	-0,007	-0,067
14.	Benin	-0,852	-0,913	-0,912	-0,895	-0,062	0,001	-0,060
15.	Bielorrússia	-0,839	-0,635	-0,648	-0,698	0,205	-0,013	0,192
16.	Bolívia	0,061	0,273	0,210	0,176	0,211	-0,063	0,148
17.	Botsuana	-0,996	-0,997	-0,999	-0,997	-0,001	-0,003	-0,004
18.	Bulgária	-0,827	-0,737	-0,859	-0,795	0,090	-0,122	-0,032
19.	Burkina Faso	-0,986	-0,977	-0,985	-0,982	0,009	-0,008	0,001
20.	Cabo Verde	-0,958	-0,872	-0,983	-0,922	0,086	-0,111	-0,024
21.	Canada	-0,777	-0,700	-0,654	-0,721	0,078	0,046	0,124
22.	Catar	-0,906	-0,835	-0,701	-0,821	0,071	0,134	0,205
23.	Cazaquistão	-0,940	-0,954	-0,932	-0,945	-0,013	0,021	0,008
24.	Chile	0,426	0,478	0,269	0,415	0,052	-0,209	-0,157
25.	China	-0,657	-0,646	-0,618	-0,645	0,011	0,028	0,039
26.	Chipre	-0,927	-0,842	-0,971	-0,902	0,085	-0,129	-0,044
27.	Cingapura	-0,808	-0,715	-0,727	-0,754	0,093	-0,012	0,081
28.	Colômbia	-0,074	0,092	-0,079	-0,009	0,166	-0,170	-0,005
29.	Coreia, Rep.	-0,555	-0,491	-0,403	-0,504	0,063	0,088	0,151
30.	Costa do Marfim	-0,817	-0,843	-0,909	-0,846	-0,026	-0,065	-0,092
31.	Costa Rica	-0,690	-0,422	-0,617	-0,566	0,268	-0,196	0,073
32.	Croácia	-0,844	-0,845	-0,890	-0,853	-0,001	-0,045	-0,046
33.	Dinamarca	-0,693	-0,739	-0,676	-0,708	-0,046	0,063	0,017
34.	Egito	-0,338	-0,153	-0,247	-0,246	0,185	-0,094	0,090
35.	El Salvador	-0,863	-0,740	-0,916	-0,824	0,124	-0,177	-0,053
36.	Emirados Árabes Unidos	-0,342	-0,583	-0,646	-0,565	-0,241	-0,063	-0,304

37.	Equador	-0,465	-0,311	-0,586	-0,427	0,154	-0,275	-0,122
38.	Eslovaca, Rep.	-0,874	-0,928	-0,938	-0,908	-0,054	-0,010	-0,065
39.	Espanha	-0,463	-0,478	-0,400	-0,456	-0,015	0,078	0,062
40.	Estados Unidos	-0,775	-0,711	-0,674	-0,730	0,064	0,037	0,101
41.	Estônia	-0,976	-0,924	-0,945	-0,949	0,051	-0,021	0,031
42.	Filipinas	-0,701	-0,576	-0,651	-0,638	0,125	-0,075	0,050
43.	Finlândia	-0,551	-0,510	-0,610	-0,546	0,041	-0,101	-0,060
44.	França	-0,758	-0,694	-0,638	-0,708	0,064	0,057	0,120
45.	Gambia	-0,940	-0,921	-0,945	-0,934	0,019	-0,023	-0,004
46.	Gana	-0,829	-0,680	-0,799	-0,758	0,149	-0,119	0,030
47.	Grécia	-0,651	-0,773	-0,900	-0,750	-0,122	-0,127	-0,249
48.	Guatemala	-0,765	-0,647	-0,863	-0,737	0,118	-0,216	-0,099
49.	Guiana	-0,976	-0,969	-0,980	-0,974	0,007	-0,012	-0,005
50.	Holanda	-0,469	-0,451	-0,316	-0,431	0,019	0,135	0,153
51.	Honduras	-0,884	-0,812	-0,936	-0,860	0,072	-0,124	-0,052
52.	Hong Kong	-0,859	-0,817	-0,812	-0,833	0,043	0,005	0,048
53.	Hungria	-0,741	-0,857	-0,847	-0,809	-0,115	0,009	-0,106
54.	Índia	-0,499	-0,359	-0,375	-0,418	0,141	-0,017	0,124
55.	Indonésia	-0,542	-0,429	-0,457	-0,480	0,114	-0,028	0,085
56.	Irã	-0,296	-0,200	-0,452	-0,269	0,096	-0,252	-0,156
57.	Irlanda	-0,756	-0,708	-0,708	-0,727	0,048	0,000	0,048
58.	Islândia	-0,965	-0,939	-0,832	-0,928	0,026	0,107	0,133
59.	Israel	-0,543	-0,432	-0,564	-0,503	0,112	-0,132	-0,021
60.	Itália	-0,544	-0,587	-0,494	-0,551	-0,043	0,092	0,050
61.	Jamaica	-0,846	-0,747	-0,912	-0,818	0,099	-0,165	-0,066
62.	Japão	-0,745	-0,689	-0,621	-0,698	0,056	0,067	0,123
63.	Jordânia	-0,809	-0,805	-0,872	-0,820	0,004	-0,067	-0,064
64.	Líbano	-0,819	-0,757	-0,826	-0,791	0,063	-0,070	-0,007
65.	Malásia	-0,674	-0,572	-0,519	-0,602	0,102	0,053	0,156
66.	Malta	-0,936	-0,909	-0,949	-0,928	0,027	-0,040	-0,013
67.	Marrocos	-0,466	-0,290	-0,308	-0,367	0,176	-0,018	0,158
68.	México	-0,487	-0,317	-0,380	-0,398	0,169	-0,062	0,107
69.	Moçambique	-0,946	-0,940	-0,933	-0,940	0,006	0,007	0,013
70.	Namíbia	-0,991	-0,970	-0,985	-0,977	0,022	-0,015	0,007
71.	Nicarágua	-0,960	-0,917	-0,937	-0,938	0,043	-0,020	0,023
72.	Nigéria	0,166	0,421	0,289	0,285	0,255	-0,133	0,123
73.	Noruega	-0,626	-0,572	-0,611	-0,601	0,054	-0,039	0,015
74.	Nova Zelândia	-0,820	-0,895	-0,922	-0,871	-0,076	-0,027	-0,103
75.	Omã	-0,945	-0,900	-0,601	-0,858	0,045	0,299	0,344
76.	Panamá	-0,533	-0,624	-0,545	-0,569	-0,091	0,079	-0,012
77.	Paraguai	0,440	0,215	0,084	0,279	-0,226	-0,131	-0,356
78.	Peru	-0,061	0,091	-0,071	-0,002	0,152	-0,162	-0,011
79.	Polónia	-0,696	-0,804	-0,821	-0,764	-0,108	-0,017	-0,125
80.	Portugal	-0,347	-0,231	-0,371	-0,305	0,115	-0,140	-0,024

81.	Quênia	-0,950	-0,914	-0,866	-0,925	0,036	0,048	0,084
82.	Reino Unido	-0,793	-0,737	-0,682	-0,748	0,056	0,055	0,110
83.	Rep. Dominicana	-0,516	-0,568	-0,769	-0,618	-0,053	-0,201	-0,253
84.	Rep. Tcheca	-0,882	-0,853	-0,867	-0,867	0,029	-0,014	0,015
85.	România	-0,711	-0,694	-0,759	-0,714	0,016	-0,065	-0,048
86.	Rússia	-0,387	-0,355	-0,588	-0,406	0,032	-0,233	-0,201
87.	São Tomé e Príncipe	-0,999	-0,998	-1,000	-0,998	0,002	-0,002	0,000
88.	Senegal	-0,919	-0,826	-0,912	-0,878	0,094	-0,086	0,008
89.	Sudão	-0,980	-0,912	-0,944	-0,946	0,068	-0,032	0,036
90.	Suécia	-0,495	-0,542	-0,587	-0,532	-0,047	-0,045	-0,091
91.	Suíça	-0,446	-0,401	-0,442	-0,427	0,045	-0,041	0,005
92.	Suriname	-0,930	-0,927	-0,963	-0,935	0,003	-0,036	-0,032
93.	Tailândia	-0,672	-0,496	-0,496	-0,566	0,176	0,000	0,176
94.	Tanzânia	-0,978	-0,972	-0,969	-0,974	0,007	0,003	0,010
95.	Togo	-0,939	-0,932	-0,932	-0,935	0,007	-0,001	0,007
96.	Tunísia	-0,805	-0,723	-0,773	-0,766	0,082	-0,050	0,032
97.	Turquia	-0,674	-0,683	-0,656	-0,674	-0,009	0,027	0,018
98.	Ucrânia	-0,763	-0,627	-0,743	-0,690	0,136	-0,116	0,020
99.	Uruguai	0,453	0,200	0,114	0,284	-0,252	-0,087	-0,339
100.	Venezuela	0,300	0,236	0,085	0,239	-0,063	-0,151	-0,214
101.	Vietnã	-0,920	-0,800	-0,587	-0,780	0,120	0,213	0,332
102.	Zâmbia	-0,995	-0,979	-0,993	-0,988	0,016	-0,014	0,002

Anexo V

Índice de Intensidade do Comércio Bilateral do Brasil, equação de tendência linear: 1995-2014

	País	Coefficiente angular	Valor-P	Coefficiente de determinação (R ²)
1.	África do Sul	-0,0059	28,5	0,063
2.	Alemanha	+0,0030	0,7	0,344
3.	Arábia Saudita	-0,0194	0,0	0,872
4.	Argélia	-0,0049	53,4	0,021
5.	Argentina	-0,0057	0,0	0,650
6.	Aruba	-0,0220	13,5	0,176
7.	Austrália	-0,0061	1,7	0,279
8.	Áustria	+0,0036	7,7	0,164
9.	Bahamas	-0,0031	87,7	0,002
10.	Bahrain	+0,0034	41,7	0,051
11.	Bangladesh	+0,0118	0,9	0,376
12.	Barbados	-0,0029	6,4	0,199
13.	Bélgica	-0,0039	8,6	0,196
14.	Benin	-0,0049	10,6	0,165
15.	Bielorrússia	+0,0160	0,9	0,378
16.	Bolívia	+0,0131	0,2	0,411
17.	Botsuana	-0,0003	7,8	0,220
18.	Bulgária	-0,0022	59,6	0,017
19.	Burkina Faso	+0,0000	90,0	0,000
20.	Cabo Verde	+0,0002	96,4	0,000
21.	Canada	+0,0080	0,0	0,513
22.	Catar	+0,0181	0,0	0,885
23.	Cazaquistão	+0,0011	58,7	0,023
24.	Chile	-0,0078	5,2	0,193
25.	China	+0,0021	34,8	0,049
26.	Chipre	+0,0018	62,9	0,013
27.	Cingapura	+0,0066	0,5	0,362
28.	Colômbia	+0,0058	27,8	0,065
29.	Coreia, Rep.	+0,0106	0,0	0,719
30.	Costa do Marfim	+0,0042	10,5	0,139
31.	Costa Rica	+0,0128	6,0	0,193
32.	Croácia	+0,0032	12,6	0,125
33.	Dinamarca	-0,0003	83,0	0,003
34.	Egito	+0,0090	7,4	0,168
35.	El Salvador	-0,000	99,2	0,000
36.	Emirados Árabes Unidos	-0,0217	1,6	0,534
37.	Equador	-0,0040	55,5	0,019
38.	Eslovaca, Rep.	-0,0057	1,2	0,298
39.	Espanha	+0,0038	5,1	0,195
40.	Estados Unidos	+0,0067	0,0	0,670
41.	Estônia	+0,0019	11,2	0,134
42.	Filipinas	+0,0044	20,7	0,092
43.	Finlândia	+0,0002	94,9	0,000
44.	França	+0,0093	0,0	0,772
45.	Gambia	+0,0007	49,0	0,027
46.	Gana	+0,0053	21,2	0,095
47.	Grécia	-0,0171	0,0	0,880
48.	Guatemala	-0,0037	47,1	0,029
49.	Guiana	-0,0003	39,1	0,046
50.	Holanda	+0,0072	0,8	0,331
51.	Honduras	+0,0000	99,3	0,000
52.	Hong Kong	+0,0038	0,0	0,508

53.	Hungria	-0,0089	0,0	0,647
54.	Índia	+0,0129	0,5	0,363
55.	Indonésia	+0,0081	0,0	0,532
56.	Irã	-0,0027	71,0	0,011
57.	Irlanda	+0,0044	2,2	0,259
58.	Islândia	+0,0080	0,0	0,466
59.	Israel	+0,0036	38,1	0,043
60.	Itália	+0,0017	38,3	0,042
61.	Jamaica	-0,0019	63,1	0,014
62.	Japão	+0,0087	0,0	0,691
63.	Jordânia	-0,0048	10,3	0,141
64.	Líbano	+0,0016	98,0	0,033
65.	Malásia	+0,0115	0,0	0,661
66.	Malta	-0,0002	87,6	0,001
67.	Marrocos	+0,0133	0,4	0,389
68.	México	+0,0081	1,7	0,275
69.	Moçambique	+0,0013	54,0	0,030
70.	Namíbia	+0,0004	68,1	0,015
71.	Nicarágua	+0,0020	9,6	0,146
72.	Nigéria	+0,0018	2,4	0,280
73.	Noruega	+0,0025	16,3	0,105
74.	Nova Zelândia	-0,0078	0,0	0,841
75.	Omã	+0,0180	0,0	0,622
76.	Panamá	-0,0077	41,8	0,037
77.	Paraguai	-0,0262	0,0	0,909
78.	Peru	+0,0027	52,6	0,023
79.	Polónia	-0,0099	0,0	0,709
80.	Portugal	+0,0020	60,8	0,015
81.	Quênia	+0,0051	0,0	0,577
82.	Reino Unido	+0,0081	0,0	0,659
83.	Rep. Dominicana	-0,0292	0,0	0,743
84.	Rep. Tcheca	+0,0011	15,2	0,117
85.	România	-0,0041	18,3	0,096
86.	Rússia	-0,0079	20,6	0,098
87.	São Tome e Príncipe	+0,0000	83,1	0,004
88.	Senegal	+0,0011	67,4	0,010
89.	Sudão	+0,0058	0,5	0,419
90.	Suécia	-0,0053	3,1	0,233
91.	Suíça	+0,0036	19,7	0,090
92.	Suriname	-0,0028	1,4	0,294
93.	Tailândia	+0,0136	0,0	0,705
94.	Tanzânia	+0,0006	14,0	0,124
95.	Togo	-0,0001	92,4	0,0000
96.	Tunísia	+0,0050	5,9	0,194
97.	Turquia	+0,0005	69,7	0,008
98.	Ucrânia	+0,0019	65,3	0,12
99.	Uruguai	-0,0253	0,0	0,891
100.	Venezuela	-0,0091	6,3	0,189
101.	Vietnã	+0,0312	0,0	0,946
102.	Zâmbia	+0,0002	61,4	0,014